



GÊNERO: UM COMEÇO DE CONVERSA

GENDER: A CONVERSATION STARTER

Fernanda Mendes Resende¹

Érika Cristine da Silva²

Resumo: Vivenciamos contextos diversificados nos quais a desigualdade de gênero pode produzir violência, exclusão, preconceito e discriminação. Contra essas violências, o presente artigo pretende ser um recurso didático e informativo que traga à luz uma reflexão sobre os atravessamentos da posição de gênero nos processos de subjetivação, e tem por objetivo apresentar conceitos relacionados aos estudos sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual, e suas repercussões na vida dos sujeitos.

Palavras-chave: Gênero; Identidade; Orientação sexual.

Abstract: We experience diverse contexts in which gender inequality can produce violence, exclusion, prejudice and discrimination. Against these acts of violence, this article aims to be an educational and informative resource that brings to light a reflection on the gender position crossings in the subjectification processes and aims to present concepts related to studies on gender, gender identity and sexual orientation, and its repercussions on the subjects' lives.

Keywords: Gender; Identity; Sexual orientation.

INTRODUÇÃO

Para fomentar o debate sobre gênero, partimos de uma análise decolonial da realidade, que são estudos que buscam uma construção dialógica transmoderna e intercultural a ser desenvolvida pelo sul global (Sul como uma metáfora do sofrimento humano, como argumenta Boaventura de Sousa Santos, 2009), uma chave para evitar o universalismo eurocentrado em que um único modelo de cientificidade define para o resto do mundo a única solução possível para todas as variantes situacionais (SANTOS, 2009). Buscamos esclarecer conceitos básicos da teoria de gênero, tais como gênero, identidade e orientação.

Desta maneira, espera-se que as ideias aqui discutidas possam fomentar abrangentes discussões acerca do tema, e demonstrar como tais postulados mostram-se relevantes para a época atual, em que muito se tem falado sobre a fragmentação do sujeito diante da gama de possibilidades identitárias. Especialmente, em um momento de recrudescimento das relações, de questionamentos de conquistas em Direitos Humanos e de ataques diretos a pessoas não-binárias.

Como bem sinalizado por Alves e Delmondez,

¹ Psicóloga pela PUC Minas; Mestre em Educação pela FaE/UFMG e Doutora em Educação pela FE/USP. Professora Adjunto IV do Curso de Psicologia da PUC Minas campus Poços de Caldas/MG.

fernandaresende@pucpcaldas.br

² Discente do Curso de Psicologia da PUC Minas campus Poços de Caldas/MG. erikacristine99@gmail.com

Não se deve perder de vista, no entanto, a realidade político-econômico em que tais processos se desenrolam e as relações de poder preponderantes na representação de identidades. Inúmeras pessoas e comunidades ao redor do globo continuam em uma situação em que lhes é negada a voz sobre si mesmas, sendo submetidas a subalteridade e a condições de vulnerabilidade, por isso são impedidos de se constituírem como sujeitos políticos e resistem ao sistema colonial. (ALVES e DELMONDEZ, 2015, p. 658)

O que nos preocupa é que grupos não binários estão constantemente sofrendo discriminações, a partir de estereótipos construídos pelo preconceito e desinformação. O preconceito é uma opinião desfavorável baseada em sentimentos subjetivos, e pode ser encontrado nos mais diversos setores da sociedade. Assim, pode ter origem dos mais diferentes modos, pode escolher suas vítimas e agir de modo violento e irracional sem que ao menos possamos nos dar conta. O preconceito é construído a partir de estereótipos (quase sempre negativos) sobre uma pessoa ou um grupo de pessoas. Já a discriminação origina-se a partir de ações, pensamentos, interpretações que criam distinção entre o “eu” e o “outro” ou sobre os “outros” que geram um tratamento diferencial entre os indivíduos. Ou seja, preconceito tem a ver com sentimento, e discriminação tem a ver com a ação, normalmente a partir do preconceito (SILVA, 2010).

Como afirmam Jodelet e Moscovici (1993), em sua elucidação acerca de como as representações sociais são intrinsecamente relacionadas com as manifestações de preconceito e discriminação nas sociedades modernas,

as representações sociais são as formas pelas quais o senso comum expressa seu pensamento. Não se trata de respostas que um indivíduo emite em relação a um estímulo do meio social, mas das maneiras como os grupos sociais constroem e organizam os diferentes significados dos estímulos do meio social e as possibilidades de respostas que podem acompanhar esses estímulos. Esses significados são responsáveis pela ligação dos estímulos às suas respostas correspondentes, em que o estímulo e sua resposta são construídos nas atividades sociocognitivas dos grupos sociais, as quais são desenvolvidas nas relações concretas e simbólicas que eles mantêm com os outros grupos. É nesse sentido que as representações sociais são referidas como teorias de senso comum, que estabelecem o repertório com as alternativas de ocorrência das ações sociais. (JODELET; MOSCOVICI, 1993, p. 96).

É por acreditarmos em mudanças sociais, no engajamento ou militância dos direitos humanos por grupos sociais concebidos como minorias (negras/os, mulheres, trabalhadoras/es rurais, sem-terra, sem-teto, pessoas LGBTQI+, crianças, idosos, etc.), na possibilidade de ensinar os outros a tratar o nosso semelhante como um de nós, engajado na perspectiva da educação como mudança de atitude, de comportamento e de ideais de vida, que poderemos criar uma sociedade mais justa, mais igualitária e eticamente possível (ADICHIE, 2019; AKOTIRENE, 2019; RIBEIRO, 2019). Pensar em equidade pode não ser uma tarefa fácil,

mas acreditamos ser esse um trabalho possível, na conquista e na primazia dos direitos humanos para as próximas décadas.

GÊNERO

A categoria de análise “gênero” tem em si diversas possibilidades de compreensão. Para Moreira (2018),

O conceito de gênero trata dos sentidos históricos, sociais e culturais construídos e compartilhados para a explicação das diferenças entre homens e mulheres. O grande avanço na formulação inicial desse conceito foi o de distinguir sexo de gênero, concorrendo para a superação de explicações essencialistas e naturalizantes sobre as diferenças entre homens e mulheres, até então reduzidas às determinações biológicas, sem que se considerem os contextos históricos e culturais. (MOREIRA, 2018, p. 163).

Durante a década de 1970, a separação analítica entre “sexo” e “gênero” teve uma grande repercussão na teoria feminista, com o objetivo de indagar as justificativas biológicas das violências sofridas pelas mulheres, deslocando as explicações para as condições históricas e culturais em que essas opressões se manifestam – o “gênero”. Assim, historicamente, feministas lutaram pela primazia de “gênero” em detrimento de “sexo” (HARAWAY, 2004, p. 67).

Neste sentido, pode-se entender que gênero difere da categoria sexo, aqui entendida como as condições objetivamente fisiológicas/filogenéticas da espécie humana que diferenciavam os indivíduos em dois grupos (macho/fêmea³), e que eventualmente culminaram em explicações pouco embasadas na realidade histórica dos sujeitos humanos, determinando assim alguns impasses para o entendimento completo do que hoje nomeamos como “homens” e “mulheres” (quando nos referimos ao conceito de gênero baseado no sistema binário de identidades).

Assim sendo, é necessário que passemos a analisar como esta categoria (gênero) foi sendo construída ao longo da história, observando a importância inexorável deste conceito para a realidade cotidiana das pessoas.

Cunhado pelo feminismo anglo-saxão, a partir da década de 1980 na chamada “segunda onda” do movimento feminista, e em oposição ao conceito de “sexo”, o conceito de “gênero” pressupõe a forma como cada grupo cultural “dramatiza” (ou seja, que cada indivíduo

³ Optou-se pela utilização dos termos macho/fêmea para fazer-se valer da diferença biológica entre homens e mulheres, sendo que estes termos – homem/mulher – são considerados, aqui, como sendo termos que representam e compreendem certos padrões culturalmente disseminados.

irá definir determinadas formas de agir, vestir, falar, se referir a si mesmo, e construir sua maneira de estar no mundo) o binarismo (macho/fêmea) sexual, rechaçando a fatalidade da natureza. É de autoria da historiadora norte-americana Joan Scott (1988) o texto que marcou visivelmente a história da produção acadêmica que utiliza o conceito gênero para designarem-se as relações desiguais de poder em relação aos indivíduos pertencentes às classificações “masculinas” e “femininas”, ou seja, para ela as relações de gênero são inerentemente relações de poder.

Ao situar isto, Scott (1988) ressalta o caráter relacional, assimétrico e desigual das relações de poder, demonstrando ainda que gênero é um conceito que possibilita a compreensão da hierarquia das práticas sociais, apontando assim para

a desconstrução da oposição binária igualdade/diferença, uma vez que oculta a interdependência dos dois termos (a diferença não impede a igualdade e esta, por sua vez, não significa a eliminação da diferença). A igualdade reside na diferença, para Scott, e o discurso da diferença macho-fêmea oculta as inúmeras diferenças entre as mulheres (e entre os homens). A autora defende, portanto, a tese da *diferença múltipla* ao invés da *diferença binária*, entendendo que mulheres entre si se diferenciam quanto à origem de classe, raça/etnia, geração, comportamento, caráter, desejo, subjetividade, sexualidade, experiência histórica. (TONELI, 2012, p. 150).

A filósofa e feminista norte americana Angela Davis, em seu livro “Mulheres, raça e classe” (2016), enfatiza outro fator importante quando analisa a trajetória que constituiu a luta de poder entre os gêneros, apontando também as questões étnico-raciais e de classe como categorias a serem colocadas como eixo de análise dos temas que envolvem gênero. O diálogo da categoria de gênero com as categorias de raça-etnia e classe social traz a perspectiva da interseccionalidade, que concorre para a desconstrução da ideia de uma mulher universal em contraposição a um homem universal.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 25).

Portanto, o conceito de gênero se apresenta como uma proposta de compreensão baseada principalmente na leitura de mundo realizada por estudiosas (e aqui é fundamental que se frise o gênero das mesmas, entendendo que existe uma negação e invisibilização presente nas leituras ocidentais acerca das narrativas dos grupos minoritários e não-brancos), que se substantia e fundamenta na perpetuação de certos modos de relação (afetivos, profissionais e das

práticas de lazer), que inocularam o total afastamento das mulheres em determinados espaços, e do estabelecimento dos homens como centro de todas as formulações e concepções do que é desejável, depositando sobre eles todas as condições fundamentais de existência (política, econômica e social/status), e dando-lhes, assim, controle e poder para condicionar a todos à sua maneira de vivência de mundo.

Além disso, a perspectiva da diferença, trazida na segunda onda do feminismo, passa a considerar a lógica binária construída sobre a ideia de homem universal em relação a uma mulher universal, que passa a ser desconstruída quando inicia-se uma discussão sobre as diferenças e desigualdades internas, como por exemplo, trazidas pelo feminismo negro ao mostrar que uma mulher negra e uma mulher branca, assim como um homem negro e um homem branco, ocupam posições sociais distintas.

Valendo-se destas informações torna-se relevante uma reflexão acerca dos papéis sociais designados a tais atores (homens brancos, homens negros, mulheres brancas, mulheres negras) de maneira a se considerar as relações de poder intrínsecas da sociedade contemporânea, que se constituiu numa lógica patriarcal e racista de tal modo em que raramente nos deparamos com pessoas negras em posição de poder ou status social mais elevados, e quando isso acontece, em geral, são os homens negros que assumem esta ascensão, designando as mulheres negras sempre uma situação perante esta sociedade do que Sueli Carneiro (2019) chama de “asfixia social”.

A mulher negra é a síntese de duas opressões, de duas contradições essenciais, a opressão de gênero e a da raça. Isso resulta no tipo mais perverso de confinamento [...] Se a questão da mulher avança, o racismo vem e barra as negras. Se o racismo é burlado, geralmente quem se beneficia é o homem negro. Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social. (CARNEIRO, 2019, p. 65).

IDENTIDADE DE GÊNERO

Ao compreender-se o conceito de gênero, torna-se possível que se perceba que além de conflituoso e enveredado em noções que estão em constante transformação e mudança, gênero também é um construto social demarcado por perspectivas de análise que se diferem e podem, inclusive, se opor.

Neste sentido, em um primeiro momento, gênero, para Joan Scott, é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual. Scott não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados. O que interessa à autora são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças,

dando sentido para as mesmas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas (SCOTT, 1995).

Judith Butler avançou, desmontando a lógica entre sexo, desejo e gênero. Afirma que gênero é um instrumento expresso principalmente pela cultura e pelo discurso que inscreve o sexo e as diferenças sexuais fora do campo do social, isto é, o gênero aprisiona o sexo em uma natureza inalcançável à nossa crítica e desconstrução (BUTLER, 2010).

A perpetuação da noção de gênero baseada em conceitos antagônicos como “masculino/feminino”, “forte/frágil”, “dominante/dominado” permite que se conclua (erroneamente) a existência de apenas um conjunto de possibilidades de identificação e que este se sustenta apenas pelo fator biológico/fisiológico dos sujeitos. Porém, há muitas décadas vem se discutindo a questão da identidade de gênero como um fator relativo às diversas experiências de vida das pessoas de todas as épocas e que não necessariamente ressoam ao binarismo como fonte definitiva, como sugere Butler (2010).

Bem como a noção de gênero, identidade também é um conceito que se engendra na possibilidade de mutabilidade como ponto de partida. Analisaremos primeiramente o que é e como se constrói o conceito de identidade e posteriormente faremos um recorte com o que já se elaborou sobre gênero, buscando a compreensão da questão como um todo.

A identidade é constituída pelas relações sociais já na primeira infância, quando internalizamos valores e absorvemos papéis que nos são apresentados. A socialização primária, salvo as exceções, se dá em âmbito familiar, e lá serão apresentados à criança os primeiros papéis e conceitos que serão internalizados (CIAMPA, 2002).

É nesse sentido que Ciampa (2002) propõe que a identidade é reposta a cada momento vivido pelo sujeito. Desta maneira, ressalta que a identidade não é algo pronto, acabado e atemporal como muitos consideram ser, e sim, algo que está em um contínuo processo, em um dar-se constante. “Identidade é movimento, é desenvolvimento concreto. Identidade é metamorfose”.

É preciso que se compreenda que há uma grande diversidade de formas de viver o gênero, e desta forma se pode destacar dois aspectos fundamentais na dimensão geral que denominamos de “transgênero”, e que diferenciam a condição da experiência trans; sendo elas: 1. Identidade: o que caracteriza transexuais e travestis; ou 2. Funcionalidade: representado por crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas (GOMES DE JESUS, 2012, p.10).

Historicamente, a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido ao preconceito contido na ideia sua anormalidade, que é decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento, seja aquele com o qual as

peças se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero.

Muito ainda tem de ser enfrentado para se chegar à dignidade e respeito à identidade das pessoas transexuais e travestis, para além dos estereótipos. O preconceito leva alguns a se esquecerem que a pessoa transgênero vivencia outros aspectos de sua humanidade, para além dos relacionados à sua identidade de gênero.

Há ainda duas outras classificações identitárias comumente abordadas em estudos, as pessoas cis gênero e as pessoas com gênero fluido (também nomeadas como *fluid gender*, gênero neutro, não-binárias).

As pessoas cis gênero são aquelas as quais se identificam e performam o gênero com o qual foram designadas ao nascimento, ou seja, mulheres que possuem o sistema reprodutor feminino completo, e se identificam e posicionam-se enquanto sujeitos do feminino, e homens que possuem o sistema reprodutor masculino completo, e se identificam e posicionam-se enquanto sujeitos do masculino.

Nessa perspectiva, estão também todos os gêneros não-binários que, além de transgredirem à imposição social dada no nascimento, ultrapassam os limites dos polos (masculino e feminino) e se fixam ou fluem em diversos pontos da linha que os liga, ou mesmo se distanciam da mesma.

Ou seja, indivíduos que não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outogeneridade, fluidez em suas identificações. (REIS e PINHO, 2016, p.15)

Para exemplificar a multiplicidade das identidades não-binárias de gênero, podemos observar casos como:

Bigênero: pessoas que são totalmente de dois gêneros, sem que haja, entretanto, uma mescla bem delimitada entre os dois; qualquer combinação de gêneros é possível, não apenas a combinação feminino com masculino;

Agênero: identidade onde os indivíduos vivenciam ausência de gênero; tem sinônimos como não-gênero ou *genderless*;

Demigênero: termo para vários gêneros em que pessoas leem suas identidades como sendo parcialmente femininas ou masculinas e parcialmente alguma identidade não-binária; ou ainda, parcialmente agênero e parcialmente alguma outra identidade não-binária;

Pangênero: identidade que se refere a uma grande gama de gêneros que pode ultrapassar a finitude do que entendemos atualmente sobre gênero;

Gênero fluido: identidade de pessoas que possuem o espectro de gêneros em constante mudança, não sendo restrito a dois gêneros apenas. (ESPECTOMETRIA não-binária, 2015)

Judith Butler salienta que

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (BUTLER, 2003, p. 38).

Em nosso país, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais, a travestis e não-binários muitas vezes é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento de sua identidade. São cidadãs e cidadãos que ainda têm de lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais, tais como o direito à vida, ameaçado cotidianamente. Uma postura política voltada para a não reprodução de padrões opressores e desumanizadores é urgente quando nos compreendemos como sujeitos que vivem em comunidade.

As expressões de identidade exemplificadas aqui são variadas, divergindo de indivíduo a indivíduo, bem como de contexto a contexto, e cabe a todos nós enquanto sociedade, e em nível microrrelacional, buscar compreender e suscitar debates que contribuam para a não reprodução de preconceitos e desinformações sobre o tema.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

A discussão acerca do tema orientação sexual também é um aporte necessário no processo de desmistificação e desconstrução de pré-conceitos existentes em nossa sociedade contemporânea.

A pesquisadora brasileira Guacira Lopes Louro (2008) provoca o debate sobre orientação sexual a partir da ideia da “centralidade do indivíduo heterossexual”. É possível que se observe uma sobreposição hierárquica e até certo ponto sociocultural entre os sujeitos que seguem a “norma heterossexual” e aqueles que estão à margem da mesma.

Outro ponto factível de análise está alijado à possibilidade de interlocução entre as outras categorias elucidadas neste excerto, gênero e identidade de gênero, entendendo-se que há, na conjuntura social, uma série de normas que estratificam e consolidam o que são homens e mulheres, e que ao mesmo tempo cria funções e privilégios diferentes para ambos; da mesma maneira se pode perceber esta dinâmica nas relações afetivo-sexuais das pessoas.

Como aponta Dos Anjos (2000):

A oposição ativo/passivo traz consigo a heterossexualidade como norma, e dispõe homens e mulheres segundo a “natureza”. Neste sentido, a homossexualidade subverteria a norma, a partir da ocupação, no caso da homossexualidade masculina, de uma posição inferior (dominada). (DOS ANJOS, 2000, p. 276)

Assim pode-se entender como as sexualidades (que são plurais) são compreendidas pela sociedade e pelo ambiente social como um todo, sendo que haveria uma matriz heterossexual a partir da qual as outras possibilidades sexuais seriam reguladas. Percebendo-se também que as sexualidades consideradas desviantes sofrem sanções em função de não se adequarem à norma heterossexual.

Portanto, é relevante que se perceba a sexualidade como uma característica constitutiva do sujeito, o que a torna muito significativa e sua compreensão identitária e também da sua posição no mundo como tal. O debate feminista é de que o pessoal é político, a subjetivação se dá nas relações sociais, desta maneira pode-se compreender que também as dimensões referentes à sexualidade se constroem e consolidam para os sujeitos dada sua interação com os ambientes em que se insere.

A sexualidade humana está relacionada ao conjunto de comportamentos que se referem à satisfação da necessidade e do desejo sexual; diz respeito aos prazeres e às fantasias, e passou a ser considerada como a essência do ser humano individual e núcleo da identidade pessoal. Para Foucault (1997), as formas de dominação ligadas à identidade sexual são características de nossas sociedades ocidentais e, por isso mesmo mais difíceis de serem identificadas por nós, que preferimos acreditar que os movimentos de autoexpressão sexual são resistências às formas de poder em vigor.

A sexualidade também é considerada como o desejo de contato, calor, carinho ou amor. Isso inclui beijo, afeto e produção de prazer (sem que seja, necessariamente, por um/a parceiro/a sexual). É um aspecto central e importante do ser humano, que abrange não só o ato sexual em si, mas as questões de identidade, orientação sexual, reprodução, valores, comportamentos e sofre influência dos fatores biológicos, sociais, psicológicos, religiosos e políticos (GALATI et al, 2014).

Assim sendo, a sexualidade é um componente inerente à vida de todas as pessoas, desenvolvendo-se num processo contínuo, que se inicia antes mesmo do nascimento e só se encerra com a morte. A estruturação da sexualidade dá-se sobre os aspetos biopsicossociais de cada indivíduo, abrangendo o seu potencial biológico, as suas emoções, sentimentos, crenças e concepções desenvolvidas, ampliadas e modificadas durante todo o processo de socialização.

Apesar das discussões sobre sexualidade (orientação sexual) ocorrerem com frequência atualmente, quando se verifica a realidade sociocultural dos sujeitos, esses debates mostram-se ainda muito necessários e passíveis de aprofundamentos teóricos importantes acerca do tema, bem como demonstra uma carência e ineficiência de políticas públicas voltadas para a diversidade sexual que contribuem na perpetuação de preconceitos e diminuição de direitos por parte dessas pessoas. Cabe à sociedade, bem como a cada indivíduo, transformar este debate em uma plataforma efetiva de mudança cultural e de respeito pelas diferentes maneiras de existência/vivência de mundo.

Para facilitar a compreensão do tema, preparamos um quadro com os termos mais usados no texto. Listamos algumas das categorias de orientações sexuais e identidades ou expressões de gênero, existentes na contemporaneidade e que podem ser vivenciadas pelos sujeitos:

Quadro 1 - Algumas categorias de orientações sexuais e identidades ou expressões de gênero

Assexual: É um indivíduo que não sente nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo sexo/gênero igual.
Arromântica: Orientação romântica na qual as pessoas não sentem ou sentem pouca atração romântica.
Bissexual: É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros. O termo “Bi” é o diminutivo para se referir a pessoas bissexuais.
Gay: Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do gênero masculino para se identificarem como gays.
Heterossexual: Indivíduo atraído amorosa, física e afetivamente por pessoas do sexo/ gênero oposto. Heterossexuais não precisam, necessariamente, terem tido experiências sexuais com pessoas do outro sexo/gênero para se identificarem como tal.
Homossexual: É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero. Assim, o termo homossexual pode se referir a homossexuais femininas – lésbicas, ou homossexuais masculinos – gays.
Homoafetivo: Adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Este termo não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/ gênero. É um termo muito utilizado no mundo do Direito. Não é usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre as pessoas do mesmo sexo/gênero.
Lésbica: Mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/ gênero (cis ou trans). Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas.
Pansexual: Considera-se que a pansexualidade é uma orientação sexual, assim como a heterossexualidade ou a homossexualidade. O prefixo “pan” vem do grego e se traduz como “tudo”. Significa que as pessoas pansexuais podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico. A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica.
Polisexual: pessoas poli sentem atração por muitos gêneros.
Transexuais: é o indivíduo que se opõe, que transgride e transcende a ideologia heterocisnormativa imposta socialmente. Pessoas que assumem uma identidade oposta ao gênero que nasceu, que sentem-se pertencentes ao gênero oposto do nascimento. Uma identidade ligada ao psicológico e não ao físico, pois nestes casos pode haver ou não uma mudança fisiológica para adequação.
Travestis: As travestis são pessoas que nascem com o sexo genital masculino (por isso a grande maioria se entende como homem) e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar a genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. Esta é uma designação alocada principalmente na América-latina, sobretudo, no Brasil.

Queer: ao pé da letra, a palavra significa estranho e sempre foi usada como ofensa a pessoas LGBTQ+. No entanto, a comunidade LGBTQ+ se apropriou do termo e hoje é uma forma de designar todos que não se encaixam na heterocisnormatividade, que é a imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade.

Fonte: Gênero, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste artigo foi clarear conceitos fundamentais no debate sobre gênero e sexualidades. Esperamos ter esclarecido que sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual não são imposições feitas a uma pessoa, e que seu posicionamento no mundo depende de vários fatores pessoais e sociais, inclusive de suas vivências culturais. É obrigação de todos o respeito integral às escolhas dos outros.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. 14.ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Cândida Beatriz. DELMODEZ, Polianne. Contribuições do Pensamento Decolonial à Psicologia Política. **Revista de Psicologia Política**. São Paulo, vol. 15, n 34, dez. p. 647 – 661, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Pólen. 296 p. 2019.

CIAMPA, Antonio. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: DUNKER, C. I. L. PASSOS M. C. (Orgs). **Uma Psicologia que se interroga: ensaios** (pp. 133-144). São Paulo: Edicon, 2010.

DAVIS, Angela Yvonne. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOS ANJOS, Gabriele. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez, p.274-305, 2000.

ESPECTROMETRIA NÃO-BINÁRIA. Disponível em: <<http://espectrometria-nao-binaria.tumblr.com/>>. Acesso em: 25 de jan. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 551p.

GALATI, Maria Cristina Romualdo et al. Sexualidade e qualidade de vida em homens com dificuldades sexuais. **Psicologia-USF**. Itatiba, v. 19, n. 2, ago- dez, p.242-252. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141382712014000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de fev.2020.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. **Livro de conteúdo**. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Diálogos em psicologia social**. Rio de Janeiro, 2012, 42 p.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

JODELET, D. La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (Org.). **Psicología social**. Barcelona: Paidós. Vol. 2, pp. 469-494, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista Pro-Posições**. São Paulo, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Tensões entre a lógica do poder patriarcal e a busca de emancipação das mulheres nas Políticas Públicas de Assistência Social: uma análise à luz da categoria de gênero. In: SAWAIA, Bader Burihan. ALBUQUERQUE, Renan. BUSARELLO, Flávia R. **Afeto e comum**: Reflexão sobre a práxis psicossocial. Editora da Universidade Federal do Amazonas (EFUA). Amazonas, 370p. 2018.

REIS, Neilton. PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, Jan./Abr. 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 23-72.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 30, n. 3, p. 556-571, setembro. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414. Acesso em 29/6/2020.